

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISÓSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
IVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Tomazoni  
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Maurício Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Maurício Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Maurício Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélis Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Maurício Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Maurício Fruet (MDB).



**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 115.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 15 de Agosto de 1972**  
**(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Quielso Crisóstomo, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Gilberto Carvalho.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielso Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Borsari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva. (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Arizone Araújo, Antônio Maciel, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, João Fadel, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Pinto Dias, Antônio Belinati, Paulo Poli e Wilson Brandão. (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
 Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 34 Srs. Deputados

Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 133-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 221-71, Mensagem Governamental n.º 24-71, encaminhando Anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 222.807,00 (Duzentos e Vinte e Dois Mil, Oitocentos e Sete Cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, sobre a dotação 71-3.7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, nas consignações que especifica. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 16, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 136-72.  
 Levanta-se a Sessão.

**2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 116.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 15 de Agosto de 1972**  
**(Terça-Feira)**

Presidência do sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielso Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielso Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Borsari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Muggiati Filho, Maurício Fruct, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva. (35); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, João Fadel, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Paulo Poli e Wilson Brandão. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

**OFÍCIOS:**

Sob os n.ºs 138, 139, 140, 141, 142, 143 e 144-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** os projetos de lei n.ºs:

**176/70:**

Do Senhor Deputado PAULO POLI, que visava autorizar o Poder Executivo a criar na sede do Município de Guaraniáçu, um Colégio Comercial Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

**35/71:**

Do Senhor Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA, que visava autorizar o Poder Executivo a criar no Município de União da Vitória, um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

**222-70:**

Do Senhor Deputado ARTHUR DE SOUZA, que visava autorizar o Poder Executivo a criar na sede do Município de São Jerônimo da Serra, uma Escola Normal de Grau Colegial. — A C.C.J.

**87/70:**

Do Senhor Deputado LEOPOLDO JACOMET, que visava transferir ao

Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga o Município de Formosa do Oeste ao de Guaira, passando pelos municípios de Assis Chateaubriand, Porto Palotina, Distrito de Encantado, Palotina, São Camilo e Terra Roxa do Oeste. — A C.C.J.

**281/70:**

Do Senhor Deputado WILSON FORTES, que visava criar um Ginásio Estadual de Santa Eliza, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

**197/70:**

Do Senhor Deputado LEOPOLDO JACOMET, que visava autorizar o Poder Executivo a criar na sede do Município de Jussara, uma Escola Técnica de Comércio, de 2.º ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

**9/71:**

Do Senhor Deputado XENOFONTE VILLANUEVA, que visava autorizar o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia a de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros. — A C.C.J.

Circular sob o n.º 13/4/72, do Senhor Dr. IWERSON CHIURATTO, Presidente da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, encaminhando exemplar da Moção de agradecimento e aplausos a Sua Excelência o Senhor Emilio Garrastazu Médici, por haver concedido aposentadoria aos agricultores brasileiros. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1445-72, do Senhor ODIR GOMES DA ROCHA, Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, encaminhando cópia de ofício, dirigido ao Senhor Governador do Estado, abordando assuntos pertinentes ao reajustamento de vencimentos ao Funcionalismo Público Estadual, solicitando que o prazo fatal para novo reajustamento fosse para o mês de agosto em curso. — Ao conhecimento da Casa.

**REQUERIMENTOS:**

— De autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, solicitando dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Resolução n.º 23-72.

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução n.ºs 20-72 e 24-72, como também aos Projetos de Lei n.ºs 276-70, 291-70, 115-71, 120-71, 160-71, 182-71, 190-71, 192-71, 204-71.

— De autoria do Senhor Deputado Ovidio Franzoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 47-72.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Digníssimo Senhor Presidente da FUNDEPAR, no sentido de que aquela autoridade autorize a construção de uma sala de aula no Distrito de Bairro Alto, Município de Antonina.

O presente apelo tem a sua razão de ser, Sr. Presidente, pelo fato de que mais de cem crianças em idade escolar no citado Distrito, estão sem escola, o que vem agravar a situação da região, uma das mais prósperas do Município.

Com a construção de uma sala de aula em Bairro Alto, seria sanada uma lacuna no setor educacional, seguindo as diretrizes do Governo Federal de dar escolas a todos.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1972.

(a) — Maurício Fruct

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário seja consignado nos Anais deste Poder, um voto de aplauso ao corredor brasileiro Emerson Fittipaldi, pela sua brilhante vitória no Grande Prêmio Automobilístico de Zeltweg, na Áustria, efetivado no último domingo.

Praticamente campeão mundial da categoria, o corredor Emerson Fittipaldi, vem cada vez mais, elevando o pendão brasileiro na Europa, contribuindo para a divulgação de nosso País no Exterior, que mais e mais se agiganta em todos os setores do esporte.

Requer, outrossim, seja comunicada à família do homenageado, bem como à Confederação Brasileira de Automobilismo, o teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1972.

(a) — Maurício Fruct

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, tendo em vista o honroso convite que vem de receber do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, requer à dita Mesa, ouvido o Plenário, a sua credenciação para, como representante desta Assembléia, participar de uma reunião de Secretários de Agricultura da Região Centro-Sul, que se realizará em Uberlândia, nos próximos dias 17 e 18 do corrente mês, ocasião em que será lançada pelo eminente Presidente Emilio Garrastazu Médici a estratégia do Governo para a safra agrícola 72/73.

Requer, ainda, que tal credenciação seja feita sem ônus para a Casa, mas apenas seja considerada para abono das faltas às sessões a partir de 16 do corrente.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1972.

(a) — Lázaro Dumont

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 22-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n.º 103-72, aprova em todos os seus termos, o convênio celebrado a 9.12.71, entre o Departamento Es-



atual de Trânsito e o Município de Curitiba, conforme disposto no artigo 37, do Regulamento Nacional de Trânsito. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23-72 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 124-72, aprova o convênio celebrado em 3.12.71, entre o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE — e o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Paraná — I.P.E. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24-72, de autoria do Deputado Wilson Fortes e outros, que dispõe sobre a realização dos Trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1972. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59-72, de autoria do Poder Executivo — Ofício n.º 66-72, referente a Mensagem n.º 49-71 cria o Fundo de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21-72 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 121-72, que aprova o convênio celebrado entre o Banco Nacional de Habitação, Governo do Estado do Paraná, Banco do Estado do Paraná S.A., Secretaria de Viação e Obras Públicas e a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. — Parecer favorável da C.C.J. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160-70, de autoria do Dep. Roberto Wypych, que declara de interesse turístico os Municípios que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 201-71 de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que declara de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paula, da cidade de Rolândia. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 266-71, de autoria do Dep. Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Colaboradores da Escola para surdos "EPHETA", com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74-72 de autoria do Dep. Emilio Carazzai, que eleva para um terço dos vencimentos de Secretário de Estado, a pensão mensal concedida a Sylvia Braga Munhoz da Rocha. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Bárbara Município de Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 185-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Distrito de Santa Bárbara, no Município de Santa Cecília do Pavão, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir de 1971.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei correrá através da verba própria constante do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1970.

a) — Deputado Paulo Poli

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo aos reclamos a população local, em franco desenvolvimento, que no setor econômico como populacional é que estamos apresentando o presente plano de Lei que esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 185-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SUMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, no Distrito de Santa Bárbara, Município de Santa Cecília do Pavão, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo".

#### PARECER

1.) A iniciativa em tela vem justificada e articulada, obedecendo desta forma dispositivo do Regimento Interno.

2.) O Projeto não contraria regra constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a discutir.

3.) Nestas condições somos pela sua aprovação, desde que atendido o substitutivo anexo, com a finalidade de atender a melhor técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai

Acyr José

Cândido M. de Oliveira

Odilon Reinhardt e

Igo Losso

#### SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N. 185-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Distrito de Santa Bárbara, Município de Santa Cecília do Pavão, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1971

aa) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator.

#### Comissão de Instrução Pública

PROJETO DE LEI N. 185-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Santa Bárbara, Município de Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências.

#### PARECER

O presente plano de lei visa tão somente autorizar a criação de um Ginásio, o que é medida mui justa, daí a nossa aprovação, atendido o substitutivo anexo da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Santos Lima

Alvaro Dias

Arizone Araujo

#### Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 185-70

AUTOR: Dep. Paulo Poli

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Santa Bárbara, Município de Santa Cecília do Pavão, e dá outras providências.

#### PARECER

Sem entrar no mérito da criação de escolas, de acordo com a nova estrutura e funcionamento do ensino de 1.º e 2.º graus, que estão sendo implantados em todo o País, concluímos que criar escolas é uma necessidade que demanda atendimento.

trata-se de mera autorização legislativa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

David Federmann

Antonio Belinati

Antonio Lopes Júnior.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 290-71 de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar a Prefeitura Municipal de Astorga, a Motoniveladora Marca Adams com características que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N. 290-71

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, a Prefeitura Municipal de Astorga, 1 (uma) Motoniveladora Marca ADAMS, Modelo 610, série 3351, Chassis n.º UDC-8764, Motor n.º UDCM — 8764, equipada com 6 pneus.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) Dep. Quielise Crisóstomo da Silva.

#### JUSTIFICATIVA.

A motoniveladora que o Projeto pretende doar a Prefeitura de Astorga, já se encontra prestando serviços naquele Município há mais de cinco anos, inclusive recebendo todos esses anos toda assistência Técnica por conta da Prefeitura.

Desta forma, a presente doação é apenas para regularizar uma situação de fato.

#### Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 290-71

AUTOR: Dep. Quielise Crisóstomo da Silva

SUMULA: Fica o Poder Executivo autorizado a doar uma maquina Motoniveladora Marca ADAMS, à Prefeitura de Astorga.

#### PARECER

O Projeto de doação se enquadra entre as competências que a Constituição reserva a este Poder.

Por outro lado, a máquina praticamente já está incorporada ao patrimônio do Município de Astorga, em virtude de estar ali operando há mais de cinco anos, segundo informa o nobre Deputado autor da proposição.

Meu parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Ovidio Franzoni

Candido Martins de Oliveira

Santos Lima

Emilio Carazzai

Luiz Roberto Soares

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 84-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 24-72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo dar fiança em empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A., com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. — Parecer favorável da C.C.J. — **COM SUBSTITUTIVO.** — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

MENSAGEM N. 24-72

Curitiba, 31 de maio de 1972



## PROJETO DE LEI N. 84-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos contraídos ou que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

O Governo Federal através do Banco Nacional de Habitação, preparou e está executando o Plano Nacional de Saneamento PLANASA, que se propõe permitir ao Governo do Estado o equacionamento em caráter permanente, do problema do abastecimento de água, atualmente precário e com sérias consequências para a saúde e bem estar de seu povo, e ao mesmo tempo, oferecer-lhe os meios necessários para solução-lo.

Assim o Governo do Estado compreendendo o alcance e a importância da meta pretendida pelo Governo Federal, no setor de saneamento, celebrou no dia 23 de março próximo passado, um Convenio com o Banco Nacional de Habitação — BNH, destinado a estabelecer as condições gerais para a realização de programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná, propiciando o equacionamento global e permanente do problema de abastecimento de água em todos os municípios, nos moldes preconizados pelo PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO — PLANASA, com possibilidades de atendimento a 80% da população urbana do Paraná, que no final do Plano, em 1977 beneficiará pelo menos 3.111.000 pessoas.

As entidades participantes do Convenio, são:

- a. Entidade Financiadora — Governo do Estado do Paraná;
- b. Agente Financeiro — Banco do Estado do Paraná S.A.;
- c. Agente Promotor — Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR;
- d. Órgão Gestor — Banco do Estado do Paraná S.A.;
- e. Mutuário Final — Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

Dos compromissos assumidos e cumpridos pelo Governo do Estado neste setor, falta o da garantia objetivada no anteprojeto ora encaminhado a essa Augusta Casa, o qual, baseado em minuta elaborada pelo BNH, assegura o estrito cumprimento das obrigações originadas dos empréstimos decorrentes do Convenio, que vierem a ser concedidos pelo referido Banco Nacional de Habitação, ao Agente Financeiro, Banco do Estado do Paraná S.A.

Certo de que o Plano de Lei submetido a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

D'ignissimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fianças aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional da Habitação para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, até o máximo de 9.681.000 UPC, destinados à execução de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotos em municípios do Estado, e conferir ao Banco Nacional da Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional da Habitação ao Banco do Estado do Paraná S.A.

Parágrafo único — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional da Habitação na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S.A. ou o Governo do Estado não terem efetuado no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrados com o Banco Nacional da Habitação.

Art. 2.º — Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, bem como a garanti-los na forma estabelecida no artigo 1.º desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

## PROJETO DE LEI N. 84-72

## PARECER

I — O Projeto de Lei em exame, oriundo de Mensagem Governamental n.º 24/72, visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR até o máximo de 9.681.000 UPC destinados a execução de obras do sistema de abastecimento de água e de esgoto em municípios do Estado.

II — A matéria, ainda confere ao BNH, poderes para levantar junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação aos Estados, que lhe couber, na forma da legislação em vigor e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo do Estado e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais bem como saldos dos depósitos bancários, suficientes, para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos pelo BNH ao Banco do Estado do Paraná.

III — Em seu parágrafo único, os poderes já mencionados só poderão ser usados pelo BNH na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S.A. ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o B.N.H.

IV — No artigo 2.º da Mensagem, fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo

de Financiamento, para Água e Esgoto do Estado do Paraná — FAE-PR, bem como a garanti-los na forma estabelecida no artigo 1.º desta Lei.

V — O Art. 3.º estabelece a data da vigência da Lei, que é a da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

VI — O Governo Federal, através do BNH, preparou a esta executando o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, que se propõe permitir ao Governo do Estado o equacionamento em caráter permanente, do problema do abastecimento de água, atualmente precário e com sérias consequências para a saúde do povo.

Procurando os meios necessários para a solução do problema e compreendendo o alcance e a importância da meta pretendida pelo Governo Federal, o Governo do Estado celebrou em março próximo passado, um convenio com o Banco Nacional de Habitação, destinado a estabelecer as condições gerais para a realização do programa integrado, no âmbito do Estado do Paraná, que possibilitará o atendimento de 80% da população urbana do Estado e que no final do plano previsto para 1977, terá atingido pelo menos 3.111.000 pessoas.

VII — a exposição de motivos que acompanha a presente Mensagem Governamental diz “Dos compromissos assumidos e cumpridos pelo Governo do Estado neste setor, falta o da garantia objetivada no anteprojeto, o qual baseado em minuta elaborada pelo BNH, assegura o estrito cumprimento das obrigações originadas dos empréstimos decorrentes do Convenio.

VIII — O interesse público na aprovação da medida solicitada está expresso na exposição de motivos que já nos referimos, quanto ao aspecto legal e constitucional, não encontramos nenhum óbice a não ser aquele que fixa em Unidade Padrão de Capital que é variável, razão pela qual apresentamos um Substitutivo fixando em Cr\$ 617.744.610,00 que é a importância que corresponde nesta data a 9.681.000 Unidades Padrões de Capital.

IX — No artigo 2.º de acordo com o Substitutivo, a autorização destinada a suplementar a integralização do Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Estado do Paraná — FAE-PR, fica estabelecida no valor de até 20% (vinte por cento) do montante previsto no artigo primeiro.

X — Assim sendo, nosso parecer é pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Maurício Fruct

Emílio Carazzai

Santos Lima

Cândido M. de Oliveira

Comissão de Constituição e Justiça

## SUBSTITUTIVO

## AO PROJETO DE LEI N. 84-72

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, até o máximo de 9.681.000 (nove milhões seiscientos e oitenta e um mil) UPC, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 617.744.610,00 (seiscientos e dezessete milhões e setecientos e quarenta e quatro mil, seiscientos e dez cruzeiros), destinados à execução de obras de sistema de abastecimento de água e de esgoto em municípios do Estado, e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legislação em vigor, e na sua insuficiência ou extinção levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco do Estado do Paraná S.A.

Parágrafo único — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação na hipótese de o Banco do Estado do Paraná S.A. ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação.

Art. 2.º — Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Financiamento para Água e Esgoto do Estado do Paraná — FAE-PR, até o máximo de 20% (vinte por cento) do montante previsto no artigo primeiro bem como, a garanti-los na forma ali estabelecida.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Santos Lima

Emílio Carazzai.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 85-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 25-72, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para destinar recursos ao Fundo de Financiamento para água e esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

MENSAGEM N.º 25/72

PROPOSIÇÃO N.º 85-72

Curitiba, 31 de maio de 1972.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, constituído em Convenio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional da Habitação, em conformidade com o preceito do Decreto Lei Federal n. 949, de 13 de outubro de 1969, e dá outras providências.

Tais recursos permitirão ao Governo Estadual, em consonância com a Política de saneamento do Governo Federal, fazer frente aos compromissos



tos assumidos no Convenio do PLANASA, o qual propiciará a solução do problema de abastecimento de água em 80% dos Municípios paranaenses.

Esclareço aos Senhores Deputados, que a recomendação do Banco Nacional da Habitação para a extinção do Fundo de Água e Esgotos-FAE, criado pela Lei Estadual n. 4684, de 23 de janeiro de 1963, se fundamenta em normas ditadas pelo Banco Central, no que tange à administração de Fundos Financeiros, por considerar o Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Paraná — FAE-PR., a garantia do esquema e o principal suporte do Sistema Financeiro do Saneamento bem como em obediência à normas do Banco Nacional da Habitação consubstanciadas no item 2 da RD-16-71 alínea "c" do item 7 da RD-16-71 e ID-SFS.02.71.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA.

Governador do Estado  
Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado Wilson Figueiredo Fortes  
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, constituído em Convênio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional da Habitação na conformidade com o que preceitua o Decreto Lei Federal de n. 949 de 13 de outubro de 1969.

Parágrafo Único — Os recursos de que trata este artigo serão constituídos por:

I — dotações concedidas no orçamento anual ou através de créditos suplementares cu especificas;

II — recursos provenientes de operações de crédito de que o Governo do Estado seja mutuário, desde que as obrigações financeiras decorrentes não onerem o FAE-PR.

III — retornos das aplicações do Fundo, bem como os resultados obtidos;

IV — outros recursos de qualquer origem, que lhe forem destinados, desde que não onerem o FAE-PR.

Art. 2.º — Consideram-se como integralizados pelo Estado os valores aplicados à conta do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos — FAE-PR a partir de 15.09.69 devendo os seus resultados financeiros serem incorporados ao citado Fundo.

Parágrafo Único — O FAE-PR, terá individuação contábil e Gestão Autônoma.

Art. 3.º — Fica ainda, o Poder Executivo autorizado a regulamentar, mediante Decreto, a Gestão do FAE-PR, bem como a designar o respectivo Órgão Gestor.

Art. 4.º — Os recursos consignados no orçamento estadual à conta do Fundo de Água e Esgotos — FAE — criado pela Lei 4684, de 23.01.63, relativo ao corrente exercício, são transferidos ao FAE-PR, e a ele se incorporarão para todos os efeitos e fins do que dispõe o inciso I do parágrafo único do Art. 1.º da presente Lei, ficando excluídos os recursos destinados à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, como TAXA DE ADMINISTRAÇÃO constante da dotação 72.7.7.—61—08—0 CÓDIGO 1.2.01.

Art. 5.º — Fica extinto o Fundo de Água e Esgotos FAE, — criado pela Lei 4684, de 23 de janeiro de 1963 devendo seus direitos e obrigações, com exceção do que tratam os artigos 2.º e 4.º, serem transferidos para todos os efeitos e fins à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, podendo o patrimônio líquido do FAE, ser incorporado à SANEPAR ou destinado para a integralização do FAE-PR, na conformidade do que dispõe o inciso IV do parágrafo único do Art. 1.º da presente Lei.

Art. 6.º — A SANEPAR poderá suspender o abastecimento de água do imóvel, independentemente de nova notificação, quando a conta não for paga até a data de seu vencimento, bem como em outros casos previstos em regulamento.

Art. 7.º — As contas da SANEPAR serão emitidas para cada ligação às redes de água e de esgotos sanitários independentemente do número de economias atendidas.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 10 e 11 da Lei 4684, de 23 de janeiro de 1963.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 85/72

Autor: — Poder Executivo

#### PARECER

O presente projeto de lei, tem origem na Mensagem Governamental n.º 25-72, que solicita autorização para destinação de recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE-PR, constituído em convênio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional da Habitação, na conformidade do Decreto-Lei n.º 949, de 13 de outubro de 1969.

Pretende ainda o Projeto, extinguir o Fundo de Água e Esgotos, criado pela Lei 4684, de 23 de janeiro de 1963, devendo seus direitos e obrigações, com exercício do que tratam seus artigos 2.º e 4.º, serem transferidos para todos os efeitos e fins à Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, podendo o patrimônio líquido ser incorporado à SANEPAR e/ou destinado para a integralização do FAE-PR.

Outras medidas, são propostas no projeto que, não conflita com qualquer dispositivo de natureza legal ou Constitucional vigentes, motivo pelo qual, merece acolhida por parte desta Comissão.

Favorável, é o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

(22.) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Igo Losso

Cândido M. de Oliveira

Maurício Fruct

Ovidio Franzoni

Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, ao Projeto de Resolução n.º 23-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Resolução n.ºs 20-72 e 24-72, e Projetos de Lei n.ºs 276-70 — 281-70 — 115-71 — 120-71 — 180-71 — 182-71 — 190-71 — 192-71 e 204-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 47-72. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Superintendente da Fundepar, no sentido de autorizar a construção de uma sala de aula no Distrito de Bairro Alto, Município de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao corredor brasileiro Emerson Fitipaldi, pela brilhante vitória no Grande Prêmio Automobilístico de Zeltweg, Áustria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando credenciais desta Casa, para, como representante da mesma, participar da Reunião de Secretários de Agricultura da Região Centro-Sul, a realizar-se em Uberlândia. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 24-72.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 160-70, 201-71, 266-71 e 74-72.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 185-70 — 290-71 — 84-72 e 85-72.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 5-72 e do Projeto de Lei n.º 186-70.

Levanta-se a Sessão.